

Rui Barbosa e a questão do ensino secundário no *Diário de Notícias* (1889)

Maria Cristina Gomes Machado* e Cristiane Silva Mélo

Departamento de Fundamentos da Educação, Universidade Estadual de Maringá, Av. Colombo, 5790, 87020-900, Maringá, Paraná, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: mcgmachado@uem.br

RESUMO. Este artigo aborda as discussões propagadas de Rui Barbosa (1849-1923) acerca do ensino secundário, em 1889, pelo *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro. Objetiva-se debater as questões referentes ao ensino secundário no final do século XIX, apresentadas pelo autor por meio de um veículo de imprensa influente. Rui Barbosa atribuiu imensa importância à educação, considerando-a como indispensável ao progresso do país juntamente com outras reformas. No Brasil Império, o autor foi um dos primeiros intelectuais a discutir a necessidade de organização de um Sistema Nacional de Ensino, apontando o dever do Estado em se responsabilizar pelo ensino público de modo a ofertar uma educação gratuita, obrigatória e laica, acessível a toda população. Por meio do supracitado jornal fez campanhas a favor da federalização das províncias e discutiu inúmeras questões políticas e sociais almejando mudanças que impulsionassem o desenvolvimento da produção com base na industrialização brasileira de maneira a consolidar o modo de produção capitalista. Para o autor, era necessário que no ensino secundário se privilegiasse tanto o ensino literário como o científico, ofertando uma formação geral sem ter como único objetivo aprovação em exames que davam acesso ao ensino superior.

Palavras-chave: história da educação, pensamento educacional de Rui Barbosa, Estado e educação, ensino secundário.

ABSTRACT. Rui Barbosa and the issue of secondary education in “*Diário de Notícias*” (1889). This article approaches discussions by Rui Barbosa (1849-1923) concerning secondary education for the newspaper “*Diário de Notícias*” in Rio de Janeiro in 1889. The objective is to debate the questions regarding secondary education at the end of the 19th century, presented by that author through an influential media outlet. Rui Barbosa attributed immense importance to education, considering it indispensable for the progress of the country, along with other reforms. During Brazilian imperial period, the author was one of the first intellectuals to stress the need for a National Education System. He also pointed to the State’s responsibility to offer public, secular and free education for all. Using the above-mentioned periodical, he campaigned in favor of federalizing the provinces and argued for many social and political issues, hoping to ignite changes that would stimulate production development based on Brazilian industrialization, as a way to consolidate the capitalist mode of production. To Barbosa, it was necessary to favor both literary and scientific subjects in secondary education, thus offering a broad education without aiming solely for approval on standardized tests that gave access to higher education.

Key words: education history, educational thought of Rui Barbosa, State and education, secondary education.

Introdução

Este texto discute questões referentes ao ensino secundário divulgadas por meio de artigos escritos por Rui Barbosa (1849-1923), em 1889, no jornal *Diário de Notícias*. O trabalho, ora apresentado, é produto da pesquisa de iniciação científica, iniciada em 2005 e finalizada em 2006, sob o título *Rui Barbosa: o Papel do Estado e da Educação na Imprensa em 1889*, na qual se analisaram os escritos de Rui Barbosa publicados no supracitado jornal da cidade do Rio de Janeiro, antiga sede do Império. Buscou-se conhecer e compreender

as discussões do autor referente ao papel do Estado e da educação, no desenvolvimento da sociedade brasileira, expressas nos artigos jornalísticos editados em um veículo de imprensa bastante influente, no final do século XIX, período em que o país passava por intensas mudanças em diversos âmbitos¹. Para tanto, tornou-se

¹ Sobre as discussões de Rui Barbosa acerca do papel do Estado e da educação no desenvolvimento da sociedade brasileira, presente em seus escritos jornalísticos publicados no *Diário de Notícias* em 1889, ver MACHADO, M.C.G.; MÉLO, C.S. *Rui Barbosa: Estado e educação na imprensa em 1889*. 2007. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/rev25.html>>. Acesso em: 23 abr. 2007.

necessário, por meio de um estudo histórico, conhecer os acontecimentos ocorridos nacionalmente na segunda metade do século XIX e analisar a situação política, econômica e social do país que levaram muitos intelectuais, dos quais destacamos Rui Barbosa, a discutir idéias em prol do desenvolvimento e progresso² do Brasil. A pesquisa foi realizada junto ao Grupo de Pesquisa *História, Estado e Educação*, cadastrado no Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e teve apoio financeiro do CNPq, bem como junto ao Grupo de Pesquisa *História, Sociedade e Educação no Brasil* (HISTEDBR).

A educação, no final do século XIX, apresentava inúmeros problemas, e muitos deles eram atribuídos ao descaso com que os governantes tratavam os assuntos de ensino. Por isso, esta foi uma questão discutida por Rui Barbosa em seus artigos de imprensa de 1889. Apresentou a situação “decadente” em que se encontrava o ensino, sobretudo o ensino secundário, responsabilizando os governantes do Estado pelas péssimas condições existentes e defendendo, enfaticamente, a necessidade de se realizar mudanças em diversos aspectos que envolviam a educação. Os artigos de Rui Barbosa, de 1889, constituem-se materiais valiosos para o conhecimento de seus ideais acerca da educação, defendidos na passagem do Império para a República, possibilitando a compreensão de um importante período da história da educação brasileira. Por outro lado, permite-nos a ampliação do conhecimento sobre discussões que estavam postas na sociedade da época, uma vez que da educação esperava-se que atendesse às necessidades e às novas exigências da sociedade em processo de modernização.

Para facilitar a compreensão das questões discutidas pelo autor sobre o ensino secundário, o texto está organizado em três partes. Na primeira, apresenta-se uma breve biografia de Rui Barbosa; na segunda, destaca-se sua atuação no supracitado jornal. Finalmente, tomam-se como foco principal as questões veiculadas pelo autor, no ano de 1889, sobre o ensino secundário.

Rui Barbosa: breve biografia

Rui Barbosa nasceu em 5 de novembro de 1849, na cidade de Salvador, Bahia, filho de João José Barbosa de Oliveira e Maria Amélia Barbosa de

Almeida. Faleceu em 1º de março de 1923, em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro.

Cursou os estudos secundários no *Ginásio Baiano*, colégio dirigido por Abílio César Borges. Em 1866, matriculou-se na Faculdade de Direito de Recife, transferindo-se, posteriormente, para a Faculdade de Direito de São Paulo, onde colou grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, em 29 de outubro de 1870. Ao retornar à Bahia, ingressou no Partido Liberal Baiano, começando também a exercer atividades de jornalista e advogado. Em 1878, foi eleito Deputado à Assembléia Legislativa Provincial e, em seguida, Deputado Federal à Legislatura, iniciando sua carreira no parlamento. No Rio de Janeiro, exerceu atividades de advogado, jornalista e parlamentar. Em 1880, foi indicado membro da Comissão de Instrução Pública da Câmara dos Deputados, onde em 1882 apresentou o parecer a *Reforma do Ensino Secundário e a do Superior* (Barbosa, 1942), bem como o parecer de *Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Educação Pública* (Barbosa, 1947f). Em 1886, publicou pela Imprensa Nacional, a tradução do livro de Normam Allison Calkins, *Primeiras Lições de Coisas*, que consistiu em um manual de ensino elementar de uso dos professores (Venâncio Filho, 2002).

Na República, foi Ministro da Fazenda e Senador. Participou ativamente da criação dos primeiros decretos do governo provisório, inclusive sugerindo o nome oficial do país compatível com o regime federativo estabelecido: Estados Unidos do Brasil (Gonçalves, 2000). Ele contribuiu significativamente na elaboração do projeto da primeira Constituição republicana, datada de 1891. Foi candidato à presidência por duas vezes, em 1910 e em 1919, não obtendo êxito nas eleições. Em 1897, integrou o grupo dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, escolhendo como patrono Evaristo da Veiga (Venâncio Filho, 2002). Rui Barbosa foi também Embaixador Extraordinário do Brasil, em missão especial, em 1907, na Segunda Conferência da Paz, em Haia, e em 1916, nas festas do Centenário da Independência Argentina, na cidade de Buenos Aires. Em 1921, foi eleito Juiz da Côrte Permanente de Justiça Internacional, com sede em Haia (Meireles, 1949).

Rui Barbosa foi, sobretudo, um político e jurista, apresentando contribuições importantes para a educação. Atuou como professor apenas quando era estudante em um curso noturno de alfabetização de adultos, em São Paulo, não se dedicando especificamente a esta profissão e às atividades educacionais, porém sua obra e o interesse em

² Desenvolvimento e progresso, bem como modernização para Rui Barbosa podem ser definidos como a concretização das condições materiais construídas na Europa no sentido de incremento da indústria, do uso de novas tecnologias no processo de produção, ampliação do mercado interno e do comércio, da generalização do trabalho assalariado, de urbanização e aprimoração da legislação (registro de nascimento, casamento civil, título eleitoral, registro de propriedade, entre outros). Nesse processo, defendia também a instalação da Democracia como forma política.

assuntos relacionados à educação justificam seu nome entre educadores (Venâncio Filho, 2002).

Ele participou da vida pública nacional por quase 50 anos; nessa trajetória, produziu inúmeros artigos de jornais, diversos projetos, pareceres, discursos, conferências e trabalhos jurídicos, deixando imensa obra em termos de extensão e profundidade. Seus textos retratam questões e os debates discutidos em sua época, pois se utilizou de dados históricos, principalmente de países estrangeiros, e argumentos de outros autores para defender seus pontos de vista. Defendia que o Brasil atingisse o nível dos países desenvolvidos assim discutiu reformas e mudanças a fim de que a sociedade brasileira se modernizasse. Para propagar seus ideais de modernização, comparou em muitos momentos a situação do Brasil com a da Europa e dos Estados Unidos, apontando a necessidade do país seguir os exemplos de organização desses países que se encontravam em “melhores condições”, em termos de organização, para seu desenvolvimento material (Machado, 2002).

Rui Barbosa e o *Diário de Notícias* (1889)

Rui Barbosa assumiu a direção do *Diário de Notícias* no dia 7 de março de 1889. Durante sete meses exerceu o cargo de redator-chefe nesse jornal. Escreveu inúmeros artigos direcionados à sociedade brasileira de 1889, buscando difundir, por meio dos escritos, suas campanhas, idéias e aspirações progressistas. Sua atuação, no jornal *Diário de Notícias*, foi uma das fases mais importante de sua atividade de jornalista na imprensa por ter provocado intensa repercussão. Entre o período de 1910 a 1912, passou a colaborar novamente nesse jornal.

Segundo Lima (1947, p. IX), o jornal *Diário de Notícias*, sob a direção de Rui Barbosa, transformou-se em um dos “[...] grandes órgãos da imprensa dos agitados dias finais do Império”. O jornal exerceu imensa influência nos leitores, de maneira que Rui Barbosa, com liderança, alcançou a posição de chefe da opinião nacional. Assim, Lima (1947) considera que foi nas páginas do *Diário de Notícias* que sua voz se tornou uma das mais representativas do país. As campanhas difundidas no jornal contribuíram, significativamente, para o fortalecimento das aspirações, dos sentimentos e reivindicações liberais daquele momento, colaborando para a divulgação de alguns ideais republicanos.

Rui Barbosa, como jornalista, colaborou em diversos jornais. Estreou na imprensa em São Paulo em 1868, ainda estudante de Direito, escrevendo em *A Independência*, jornal político e literário. Além de sua brilhante atuação como redator-chefe do jornal

Diário de Notícias do Rio de Janeiro, aqui analisada, merece destaque sua contribuição no *Jornal do Brasil* (RJ), *Jornal do Comércio* (RJ) e *A Imprensa* (RJ). Escreveu inúmeros artigos jornalísticos e contribuiu, ainda, em diversos outros jornais, sempre buscando, nesses veículos, meios de defender seus ideais.

Para Rui Barbosa, a imprensa era extremamente importante no país. Ela podia contribuir na organização da sociedade ao possuir poder de influenciar cidadãos, tinha papel fundamental na formação da opinião nacional e era um elemento que propiciava a difusão da cultura letrada no país, possibilitando a muitos indivíduos um meio de, em contato com jornais, entrar no mundo da leitura e escrita. Sob esta perspectiva, os veículos de imprensa podiam “educar” a opinião pública, colaborar no desenvolvimento da educação e contribuir para a “civilização” da sociedade. Rui Barbosa, considerando a importância da imprensa na sociedade, foi um grande defensor da liberdade da imprensa. Destacou-se no jornalismo, tornando-se um dos mais importantes jornalistas na passagem do Império para a República. Lima (1947, p. XVIII) assinala que Rui Barbosa por meio da imprensa:

Trazia [...] para ação jornalística um domínio das idéias e dos problemas, um conhecimento da história e da administração, uma faculdade de análise e de síntese, um espírito tão indomável de combate que, na pena de Rui, não havia assunto que se não tornasse interessante. Assunto que a sua pena tocasse teria de ficar, na memória dos contemporâneos – e quantas vezes na dos pósteros! – marcada pelo sopro do seu comentário, de sua exegese, de sua opinião, de sua forma. Podia ser copioso, voltar duas e três vezes aos mesmos temas, sem perder jamais o segredo de ser ouvido. Mover a opinião, criar estados de espírito constituíram, do ponto de vista da capacidade política, fôsse no jornal, no livro ou na tribuna, a marca por excelência da grandeza intelectual de Rui.

Retirando-se o caráter laudatório da citação acima, é importante assinalar que Rui Barbosa fez de seus artigos de imprensa um meio para defender seus ideais e propulsar campanhas a favor de causas que acreditava serem necessárias e importantes para o país; buscava, assim, adeptos às idéias defendidas. No *Diário de Notícias*, por exemplo, fez campanhas a favor da federalização, além de discutir inúmeras questões importantes para o país que procurava desenvolver-se na direção da sua industrialização.

Rui Barbosa, na esfera política, acreditava que a federalização das províncias, a exemplo dos Estados Unidos, iria fortalecer a organização nacional. Ele era a favor da monarquia parlamentar, considerava que era preciso “republicanizar a monarquia”, torná-la

obediente a uma constituição. Era necessário “republicanizá-la” pelo fato de acreditar que não podia existir monarquia compatível com a liberdade, e esta era fundamental para o progresso do país (Barbosa, 1947a). A federalização permitiria, por parte do governo, mais liberdade às províncias, e isto, para o autor, era fundamental para o progresso da sociedade.

A campanha pela federalização, no *Diário de Notícias*, contribuiu para fortalecer os ideais da República. Nesse jornal, o autor não fazia campanhas a favor da República, e sim em prol da federalização das províncias. Como esta não obteve adesão favorável da monarquia, embora o Partido Liberal fosse a favor da federalização, sua campanha acabou, na verdade, servindo à causa da República (Cardim, 1995) e sendo responsável pela sua desvinculação do Partido Liberal.

Rui Barbosa expressava em sua opinião de redator-chefe a intenção de produzir um jornal autêntico, que não atendessem a partidos políticos. Seus objetivos se baseavam na vontade de instaurar um jornal que seguisse o princípio da verdade e da justiça. Apresentava ao leitor opiniões e informações que considerava importantes divulgar, comentava sobre assuntos polêmicos da forma como acreditava que deveriam ser discutidos, mesmo que a maneira como dirigia as discussões não agradasse a certas autoridades. Almejava que o jornal apresentasse o sentimento público e contribuísse com melhorias que deveriam ocorrer na sociedade. Como depoimento pessoal afirmou:

Dessa maneira, quando, com o convite de redigir e dirigir o *Diário de Notícias*, gazeta, até aí, de modestíssima cotação, me depararam as circunstâncias ensêjo de provar armas, numa arena que se me antolhava nobre e útil acima de todas, - resolvi tentar a minha grande experiência, instaurando um jornal sem interesses, nem partidos, de liberdade na ordem, conservação no progresso e reforma na legalidade, mediante o qual buscássemos inocular, na substância do velho régimen o princípio de sua regeneração, da sua reconstituição, com pertinácia, franqueza e energia (Barbosa, 1947a, p. XXV).

No *Diário de Notícias*, Rui Barbosa abordou, em suas discussões, diversos assuntos. Em seus artigos, criticou a forma de organização da sociedade brasileira, discutiu questões relacionadas à cidade do Rio de Janeiro, apontou problemas políticos existentes na época criticando a atitude de governantes que agiam com injustiça. Comentou, ainda, sobre a imigração, destacando a importância de o Estado se preocupar com os imigrantes e oferecer condições de adaptação ao país. Fez referências aos escravos libertos e à necessidade de

ofertar-lhes a redenção intelectual por intermédio da educação, entre outros.

Dentre muitos temas discutidos por Rui Barbosa no *Diário de Notícias*, destaca-se a educação. Ele comentou sobre questões relacionadas ao ensino público, defendendo a necessidade de realização de reformas significativas na área da educação, em especial no ensino secundário, pois, segundo ele, até o momento, as reformas realizadas pelos governantes haviam se limitado a mudar apenas pequenos aspectos, muito ainda deveria ser feito pela qualidade do ensino. Considerava que apenas mudanças mais sólidas poderiam, verdadeiramente, beneficiar a educação, tornando-a de melhor qualidade de maneira a trazer benefícios para o país.

Rui Barbosa considerava a educação importante para o progresso do país. Defendia que a educação juntamente com outras reformas era fundamental ao desenvolvimento da sociedade brasileira (Machado, 2002). Apontou ser a educação um direito de todos, para isso teria que ser gratuita, obrigatória e laica, de modo a atingir toda população, tornando-se responsabilidade do Estado.

Ele entendia que o ensino deveria, também, ser oferecido aos recém-libertos e aos imigrantes. Em sua perspectiva, a abolição, declarada em maio de 1888, havia proporcionado apenas “meia liberdade” aos libertos, a educação concederia a eles a redenção intelectual, que proporcionaria a verdadeira liberdade para a vida em sociedade e para o trabalho. Para Rui Barbosa, o Estado deveria se responsabilizar pela oferta de uma educação aos libertos tendo em vista benefício econômico e social do país que poderia ser alcançado. Ele defendeu, ainda, uma educação aos imigrantes, que vinham para o Brasil em busca de melhores condições de vida já que seus países passavam, sobretudo, por crises constantes que criavam uma imensa massa de desempregados e miseráveis. Acreditava ser dever de o Estado assegurar uma educação a esses imigrantes para sua adaptação ao país, consistindo em um preparo para a cidadania brasileira e para o trabalho nas indústrias em desenvolvimento. Assim, apontou a educação escolar como condição para exercer a cidadania, preparando o homem para o exercício do voto (Machado, 2002). Propôs, ainda, de modo geral, uma educação para a vida, destacando a instrução técnica e científica com vista à preparação do homem para o trabalho.

Rui Barbosa e a questão do ensino secundário no *Diário de Notícias* (1889)

Rui Barbosa, em artigos denominados *Ensino Secundário* procurou apresentar a realidade da instrução pública que preparava indivíduos para os

cursos superiores, propondo reformas que pudessem melhorar este nível de ensino. Realizou muitas críticas à organização desse ensino, argumentando que esta área da instrução tinha como propósito apenas preparar indivíduos para realizarem as provas de capacidade e receber o diploma de bacharel, sendo uma educação que não valorizava o ensino científico e nem preparava para a vida.

Segundo ele, a situação do ensino secundário existente dificultava o desenvolvimento intelectual da nação. O que se percebia, na realidade, era que o ensino público do país, ao invés de progredir, decaía incessantemente. Seria preciso que reformas ocorressem em todos os níveis de ensino, sobretudo no ensino secundário, à medida que este preparava o caminho para o ensino superior. Entendia que uma instrução secundária de melhor qualidade repercutiria em melhoras também no ensino superior, uma vez que eram os alunos dos cursos secundários que entravam nas faculdades. E, uma educação superior de qualidade certamente traria benefícios no desenvolvimento científico do país, propiciando, conseqüentemente, a sua modernização econômica e política.

Rui Barbosa, ao se envolver na defesa de um ensino secundário de melhor qualidade, discutiu a necessidade de mudança na forma de organização deste nível de ensino. Criticava, entre muitas questões, o fato de existir, nos cursos preparatórios, estudos avulsos, que priorizavam apenas o conteúdo necessário para que o aluno pudesse ser aprovado nos exames de capacidade e ingressar nos cursos superiores.

A preparação para o ensino superior não há de ser, como é entre nós, um xadrez de estudos avulsos no espírito do aluno, e apenas artificialmente ensablados, pelos nossos carpinteiros de inteligências, nos quadros dos programas. É um todo orgânico, uma unidade natural, uma evolução progressiva, que a linguagem contemporânea exprime distintamente pelo vocábulo *cultura*. [...] tomamos o cérebro do adolescente, esse terreno ávido de amanhã racional, como se fosse um toro de madeira entregue ao fásquiador; enxequetamos-lhe, a serra, a martelo, a enxó e a cola, meia dúzia de escaques envernizados com o nome de *preparatórios*, e os entregamos às academias, para que convertam em *doutores* esse pau lavrado (Barbosa, 1947b, t. I, p. 238, grifos do autor).

Para Rui Barbosa, era preciso considerar as disciplinas como seqüências lógicas, assim, não deveriam ser oferecidos apenas conteúdos (sem sucessão) avulsos, que não possuíssem relações entre si.

Na concepção científica do ensino, as matérias têm

uma seriação natural, positivamente determinada pela relação lógica, em que se desdobram umas das outras. Por outro lado, como, ao aspecto racional, o valor da instrução se aprecia, não pela quantidade de elementos mortos, digamos assim, que a retentiva acumula, mas pela assimilação orgânica das noções incorporadas na massa das idéias, a seriedade dos conhecimentos obtidos nos vários ramos das disciplinas preparatórias não se pode avaliar com acerto por exames esparsos acerca de cada um deles, senão pelo *estado intelectual* do aluno, pela verificação do *seu desenvolvimento geral* (Barbosa, 1947b, t. I, p. 241, grifos do autor).

O ensino da época, segundo Rui Barbosa, não levava em consideração a idéia acima defendida. Partia-se do pressuposto que as disciplinas eram independentes, assim, ao receber certificados de exames que podiam ser prestados em diferentes épocas, o estudante possuía o atestado de que conhecia o conteúdo do estudo e estava apto a seguir para o curso superior, independentemente da idade e dos anos que passou se dedicando aos estudos. Para o autor, enquanto o objetivo da instrução não fosse realmente o de instruir, mas apenas de aparelhar para os exames que objetivavam selecionar alunos para os cursos superiores, estes não seriam provas de capacidade, seriam como indústrias de certificação.

Sobre a organização do ensino secundário no Império é importante destacar que este era marcado pelo predomínio de aulas avulsas, disciplinas de caráter isolado a exemplo do modelo das aulas régias ministradas pelos jesuítas no país. Este ensino era privilégio da elite; os indivíduos de classes mais favorecidas almejavam cursar a educação secundária com vista ao ingresso nos cursos superiores, que concederiam títulos que possibilitavam as melhores posições sociais.

Com o Ato Adicional de 1834, o setor estatal de ensino foi dividido em duas esferas: a *esfera nacional*, que compreendia os estabelecimentos de ensino fundados por lei da Assembléia Geral, abrangendo as escolas de ensino primário e secundário no município da corte e o ensino superior em todo o país, e a *esfera provincial*, que compreendia os estabelecimentos de ensino fundados pelas assembleias provinciais, abrangendo o ensino primário e médio nas províncias. A *esfera nacional* podia conferir títulos acadêmicos de validade jurídica em todo o país. Assim, os indivíduos formados pelo Colégio D. Pedro II³ tinham o direito de ingressar em qualquer instituição de ensino

³ O Imperial Colégio de Pedro II foi fundado em 1837 e instalado em 1838. Após a República, recebeu o nome de Instituto Nacional de Educação Secundária e depois Ginásio Nacional, voltando, em 1911, a se chamar Colégio Pedro II (Niskier, 1995). Foi a primeira instituição escolar a usar legalmente o termo secundário (Zotti, 2005).

superior do país, já os indivíduos que faziam o curso nas escolas secundárias da *esfera provincial* tinham que prestar exames de habilitação junto às escolas. Esse “poder” que a esfera nacional exercia sobre a provincial por meio do controle de títulos também se estendia indiretamente às instituições de ensino de caráter privado, pois os diplomas oferecidos pelos estabelecimentos de ensino secundário particulares não garantiam o ingresso dos alunos nas faculdades, tendo estes que se submeterem à prestação de exames de habilitação como os alunos das escolas estatais provinciais (Cunha, 1986, p. 87-88). Assim:

[...] o monopólio do ensino superior de que gozava na prática, o Poder Geral, propiciou-lhe apreciável e decisiva influência sobre o ensino secundário mantido pelas províncias. Destinando-se precipuamente ao preparo de candidatos para as escolas superiores do Império, o ensino secundário em todo o país, com um ou outro acrescentamento, com uma ou outra lacuna, reproduzia em seu currículo o conjunto de disciplinas fixadas pelo Centro para os exames de ingresso nas Academias. Por outro lado, a avaliação dos candidatos realizada inicialmente junto aos próprios cursos superiores, e posteriormente, também através dos famosos *exames gerais*, foi tarefa da qual o governo jamais abdicou. Em tais condições, apesar da descentralização instituída pelo Ato Adicional, mantiveram os poderes gerais, indiretamente, o controle do ensino secundário em todo Império (Haidar, 1972, p. 19, grifo do autor).

Tanto as escolas secundárias estatais provinciais quanto as particulares objetivavam preparar seus alunos para o ingresso nos cursos superiores (Cunha, 1986). Rui Barbosa em artigos no *Diário de Notícias* discute ser as provas de capacidade o elemento determinante do conteúdo das disciplinas, do método de ensino existente e da organização em geral do ensino secundário, considerando que o ensino preparatório tinha por único objetivo preparar os alunos para as provas de capacidade e para o ingresso nas faculdades como apontado anteriormente. Por isso, defendeu uma mudança na organização das provas de capacidades estabelecidas, apontando ser o “exame de madureza” a fundamental opção para melhoras no ensino secundário.

Argumentava Rui Barbosa que o ensino praticado nas instituições de ensino secundário do país não possibilitava que o aluno aprendesse conteúdos para a sua vivência. Os conteúdos eram apresentados aos alunos de forma fragmentada sem uma fundamental ligação harmônica; com a mecanicidade do ensino, os alunos não obtinham conhecimentos de forma reflexiva. Ele acreditava em

uma educação mais organizada em relação ao conteúdo e mais consistente, que levasse em consideração o desenvolvimento natural do indivíduo em respeito à sua capacidade assimilatória. Sobre a educação que acreditava ser eficaz, Rui Barbosa escreveu:

[...] a verdadeira instrução [...] consiste, não em estudos desagregados, mas no desenvolvimento harmônico do entendimento, mediante a ação convergente de disciplinas convenientes, aprendidas na sua gradação lógica e na sua colaboração natural. Os estudos são apenas instrumentos, ou elementos, de fecundação. O grau em que esta se operar: eis o que importa ao ensino superior, na admissão dos candidatos (Barbosa, 1947d, t. I, p. 287).

De acordo com sua avaliação, os conhecimentos avulsos, decorados e sem conexão entre si, não proporcionavam uma educação eficaz; certamente os alunos iriam esquecer e não usariam tais conhecimentos em sua vida.

Após o Ato Adicional de 1834, criaram-se dois sistemas paralelos de ensino secundário: o *sistema regular seriado*, oferecido no Colégio D. Pedro II, nos liceus provinciais e alguns estabelecimentos particulares e o *sistema irregular*, inorgânico, constituído pelos cursos preparatórios e exames parcelados de ingresso ao ensino superior, mantido pelos estabelecimentos provinciais e particulares. Notam-se, com predominância, os preparatórios sobre o ensino regular; para o ingresso no ensino superior não era preciso concluir o ensino secundário regular, mas apenas comprovar idade e aprovação nos exames parcelados. No final do Império, até mesmo o Colégio D. Pedro II, que fora criado para servir de padrão aos demais, passou a adotar o sistema de cursos avulsos com frequência livre e exames parcelados (Piletti e Piletti, 1995).

No final do Império, o Colégio D. Pedro II, como já apontado, acabou por se curvar ao modelo irregular; assim, não se tornou padrão nacional, mas para Zotti (2005, p. 40) cumpriu sua função quanto a ser um colégio de elite, atendendo aos interesses desse grupo no preparo de jovens para o ingresso nos cursos superiores; as matrizes curriculares adotadas atenderam ao objetivo de formação da elite nos moldes europeus, basicamente com um caráter informativo e enciclopédico, buscando incorporar os conhecimentos científicos não como suporte para a compreensão do mundo, e sim “com o objetivo de enriquecer a erudição da intelectualidade”.

O Colégio D. Pedro II caracteriza a tentativa do governo central em organizar o ensino secundário fora da lógica das aulas isoladas ou cursos preparatórios. Contudo, o caráter fragmentário e

desarticulado do ensino secundário brasileiro é o que prepondera durante o século XIX. O Colégio D. Pedro II, pretense modelo, curvou-se ao que era a função primeira do ensino secundário: a preparação aos cursos profissionais superiores. Por isso, a função formativa sucumbiu a sua função preparatória. O currículo esteve sempre atrelado aos interesses do ensino superior, portanto os planos de estudos, ora com ênfase nas humanidades, ora nas ciências (com menor força), caracterizaram-se informativos e verbalistas, o que evidencia o dilema, a cada reforma, entre a formação literária e a formação científica (Zotti, 2005, p. 41-42).

Rui Barbosa, em artigos no *Diário de Notícias*, criticou a organização do ensino brasileiro, afirmando que os colégios haviam-se transformado em instituições que tinham como objetivo principal promover a aprovação dos alunos nos exames de prova de capacidade. Com este propósito, os estabelecimentos de ensino secundário transformavam os alunos em autômatos de responder exames, ofertando conteúdos necessários para realizarem as provas, enquanto as faculdades se dedicavam a registrar certificados ao desvendar os exames de capacidades. Para o autor, essa forma de ensino possuía uma característica mecânica, os alunos não desenvolviam plenamente sua capacidade intelectual. Por isso, nos cursos preparatórios, muitos indivíduos aprendiam conteúdos de forma autômata. Os conhecimentos aprendidos nas aulas do ensino secundário, que priorizavam a memorização e os métodos mecânicos, podiam ser esquecidos facilmente após as provas de capacidade. Esta situação, criticava o autor, era lamentável e prejudicava a qualidade do ensino.

Apontou que, na realidade, o ensino estava “mercantilizado” (Barbosa, 1947c, t.I, p. 248). O aluno, os pais e os próprios estabelecimentos de ensino almejavam apenas a aprovação nos exames que dava entrada para os cursos superiores e o conseqüente título de bacharel, dando mostras que a qualidade no ensino não estava sendo priorizada. A entrada em cursos superiores podia até mesmo ser comercializada, assim como os cursos que preparavam para a aprovação dos exames.

Os exames preparatórios para os cursos superiores que existiam foram classificados por Rui Barbosa como “péssimos, mais péssimos, menos péssimos” (Barbosa, 1947c, t. I, p. 245). Segundo ele, esta qualificação era merecida, e isto se devia à “organização oficial” dos exames, que valorizava apenas o resultado do exame em si e, conseqüentemente, o certificado de aprovação. O indivíduo que obtinha o certificado demonstrava estar apto para adentrar nos cursos superiores; assim,

ter este documento era o bastante para ingressar no nível superior de ensino. Rui Barbosa destacou que a “organização oficial” se importava apenas com o fato de o aluno obter conhecimento do conteúdo para passar nos exames preparatórios. Se, após o exame, o aluno esquecesse ou não o conteúdo aprendido, isto não importava. Quem poderia ser responsabilizado por essa situação? O próprio Rui Barbosa arriscava uma resposta:

Deste resultado a culpa cabe diretamente à organização oficial. Ela diz aos moços, aos mestres e aos pais: ‘Mostrai-me vossas certidões de exames, e achareis abertas as portas das academias. Que aprendais as humanidades apenas exteriormente, quanto baste para vencer o relance, pouco se me dá. [...] Contentai a ciência de algibeira dos meus examinadores. Transponde o meu programa de estudos, ainda que seja a correr, enfiando agulhas por alfinetes, e revesando-me nas bancas a substância indigesta, de que vos engorgitastes nas quatro semanas anteriores, ou pesada e estupidamente como cágado trambolhando por um pedregal - o que releva é transpô-lo. Descartai-vos dos exames em trinta dias, ou em trinta anos [...]. Se, no dia em que vos descarregardes do último, não vos restar a menor reminiscência do primeiro, bagatela! Prestaste-os? Muito bem. Vossos certificados? Ôtamente. Estais habilitados no papel. No país do papel não se vos pode exigir outra coisa: o ensino superior vos espera’ (Barbosa, 1947c, t. I, p. 245-246, grifo do autor).

Rui Barbosa destacou que as melhores instituições de ensino eram consideradas aquelas que apresentavam uma maior lista de indivíduos aprovados, ou seja, aquelas que preparavam melhor seus alunos para serem aprovados nos exames e obter o certificado almejado. O mérito dos alunos passava a ser considerado pela sua habilidade em assegurar aprovações nos colégios e nos liceus e pela rapidez em realizar os exames. Aqueles que possuíam estas aptidões eram vistos como os melhores alunos. Para ele, esta era uma realidade que dificultava o desenvolvimento de estabelecimentos de ensino sérios, que priorizassem o conhecimento científico como verdadeira fonte do saber.

Segundo Rui Barbosa, o que também era lamentável nos cursos preparatórios era que este ensino havia se convertido em cursos que permitiam favorecimentos de parentes e amigos para o recebimento de certificado; muitas instituições de ensino eram como “indústrias” que preparavam os indivíduos para receberem os diplomas, bastava ter dinheiro para pagar este trabalho. O autor destacou que este tipo de sistema de suborno era, com certeza, a “[...] derradeira expressão da decadência

no ensino” (Barbosa, 1947c, t. I, p. 248).

O curso de preparatórios converteu-se, em última análise, numa questão de nepotismo venal. Há taumaturgos aprovadores para os ínfimos graus da incapacidade; há tarifas, há escalas de preços segundo a gradação do tempo. Este não entra no cálculo, senão acessoriamente, para determinar a despesa; porque milagreiros há, que preparam, indiferentemente, em dez meses, ou em um, contanto que se não desfalque a espórtula taxada. Desembolsá-la em parcelas mensais, aturando os enfados de um ano de frequência, ou por uma vez, trinta dias antes da prova decisiva, é questão de meios, ou paciência, no candidato. Pague, e os maiores abismos de ignorância ou estupidez lhe serão relevados (Barbosa, 1947c, t. I, p. 248).

Ele afirmava que o problema na instrução do país era que os estabelecimentos de ensino, tanto os públicos quanto os privados, estavam determinados pela forma dos exames da época.

Em 1874, no Rio de Janeiro, capital do Império, havia cerca de 78 escolas primárias públicas; dessas, 42 para meninos e 36 para meninas. Os estabelecimentos de instrução primária e secundária particulares eram cerca de 214, assim distribuídos: instrução primária: 118, para meninos, e 31 para meninas; instrução primária e secundária: 30 para meninos e 31 para meninas; instrução secundária: 4 para meninos. Tais estabelecimentos recebiam 6.441 rapazes e 3.155 moças num total de 9.596 alunos. Dessa forma, nota-se o quanto o ensino privado tinha a preferência dos pais, sendo que o total dos alunos admitidos nos estabelecimentos públicos primários e secundários era de apenas 6.372, ou seja, 3.225 a menos que nos estabelecimentos particulares (Almeida, 1989).

Em 1875, havia, no Rio de Janeiro, quatro estabelecimentos públicos de instrução secundária: o internato e externato do Colégio D. Pedro II; o externato da Marinha e a Escola Militar e o Instituto Farmacêutico, um estabelecimento particular subvencionado. Havia 36 colégios particulares para meninos e 24 para meninas, assim ao todo a capital contava com 65 estabelecimentos de ensino secundário (Almeida, 1989). Nos anos seguintes, prosseguiu maior quantidade de instituições secundárias privadas sobre as públicas; muito da propagação do ensino secundário no país se deveu às iniciativas privadas.

Para Rui Barbosa, os estabelecimentos privados podiam contribuir na difusão de um ensino de melhor qualidade à população, porém a maioria das instituições não estava preocupada com esta possibilidade, almejava ofertar um ensino quantitativo de modo a possibilitar que seus alunos

fossem aprovados nos exames. A busca incessante pela aprovação nos exames era o que desviava os jovens e os pais da verdadeira “fonte do saber”, que era o ensino científico com qualidade (Barbosa, 1947e, t. I, p. 362). O exame, visto como uma finalidade suprema, era o obstáculo que impedia o desenvolvimento da iniciativa de uma educação de qualidade ofertada às novas gerações.

Segundo o autor, era o programa dos exames que determinava o conhecimento que o aluno receberia nos cursos preparatórios. Os conhecimentos, em sua maioria, eram noções desconexas, inúteis que, com certeza, levariam o aluno a receber um prêmio, “a láurea nas provas da mnemonimetria oficial”, já que a memória era a única faculdade que o sistema priorizava (Barbosa, 1947e, t. I, p. 362). Com esta expressão irônica, o autor demonstrou seu descontentamento com a organização do ensino da época, que desenvolvia nos alunos mais a habilidade da memória do que as capacidades intelectuais como as do pensar e refletir, uma vez que os alunos necessitavam decorar conteúdos para as provas de capacidade. Para o autor, o exame impossibilitava a eficiência da educação.

Rui Barbosa acreditava que uma mudança na forma de organização dos exames poderia acarretar em melhoras no sistema de ensino secundário. Por isso propôs, para a correção dos problemas existentes na área de educação, especificamente no âmbito do ensino preparatório para os cursos superiores, uma mudança nas provas de capacidade, que abrangia as disciplinas em suas especificidades, podendo ser realizadas no término de cada disciplina.

Os exames parciais consistiam em provas decisivas, que possibilitavam o acesso ao ensino superior. Esta condição era criticada por Rui Barbosa, que acreditava que os exames não avaliavam o nível real de conhecimento do aluno e não contribuíam para com uma correta seleção dos candidatos para os cursos superiores. Ele propôs, então, a implantação do exame de *Maturitätsprüfung*, o exame de madureza, já adotado em vários Estados germânicos (Barbosa, 1947d, t. I, p. 283). Este exame, utilizado primeiramente pela Alemanha no ano de 1788, constituiu-se inicialmente em uma prova de verificação de capacidade dos alunos dos ginásios.

O exame de madureza verificava a capacidade do aluno do ensino secundário valendo-se de uma só prova, que era simultânea, complexa e abrangia de forma indivisível todas as disciplinas. Rui Barbosa acreditava que este princípio era o que deveria existir nos exames preparatórios do Brasil, e estes deveriam ser realizados apenas quando o aluno terminasse de

cursar todas as disciplinas. Ele apontou que, até mesmo na França, esta forma de verificação de aprendizagem estava sendo discutida por muitos intelectuais. Nesse país, na área de educação, destacava-se, no momento, a preocupação exclusiva com o exame e a busca de certificados. O mesmo fato ocorria no Brasil, pois muitos alunos aprendiam o conteúdo visando apenas passar nos exames. Segundo o autor, o exame de madureza nortearia o princípio da moralização do ensino secundário brasileiro da época.

O ministro que resolvesse consagrar em regulamento a supressão dos exames parciais, substituindo-os pelo *exame geral de admissão*, prestaria incalculável serviço ao futuro da pátria, possibilitando a existência aos estabelecimentos, que trabalham pela reforma do ensino, mas esbarram na estupidez do regímen vigente, e aniquilaria a indústria da preparação, comércio exercido à sombra da proteção indireta da lei a professores mercenários, cuja indústria polui os discípulos, os mestres, a sociedade tóda, envolvida nessa corrupção, fatal, até, ao sentimento moral dos adolescentes e à estima dos filhos aos pais. Antes disso, maior será, de dia para dia, a ruína dos estudos secundários, pesando com os mais desastrosos efeitos no desenvolvimento da instrução superior (Barbosa, 1947e, t. I, p. 365, grifo nosso).

Para ele, o exame de madureza era uma prova que objetivava avaliar, verdadeiramente, a capacidade dos alunos, atribuindo-lhes mérito. Cabia à fiscalização do exame assegurar este princípio. O autor acreditava que a atividade de fiscalizar o exame da madureza deveria ser atribuída aos lentes (professores) dos cursos superiores. Considerava que eram, a partir do ensino secundário que, as faculdades deveriam se edificar, portanto os professores dos cursos superiores haveriam de ter suas participações na seleção dos candidatos. Rui Barbosa, porém, ressaltou que, aos lentes das faculdades, caberia apenas a tarefa de “fiscalizar, apreciar e votar”, em hipótese alguma poderiam examinar as provas (Barbosa, 1947e, t. I, p. 367). A comissão dos cursos superiores teria votos nas provas escritas e orais, eles poderiam acompanhar os exames secundários e atribuir-lhes um valor. Veja, na perspectiva do autor, a essência da finalidade do exame e a contribuição da comissão dos lentes dos cursos superiores no propósito deste ideal:

O fim, com efeito, do exame não é intimidar o examinando, enturvá-lo, mas pelo contrário, criá-lo meio amplo e livre, onde as vantagens do merecimento se possam manifestar plenamente, na maior calma, na confiança perfeita do aluno em si mesmo.

A comissão, acompanhando, pois, do alto as peripécias da prova, poderá bem discernir (sic) nos candidatos o acanhamento da incapacidade, julgando, há um tempo, pela direção do exame, o examinando e o examinador (Barbosa, 1947e, t. I, p. 367-368).

Rui Barbosa defendia a indissociação do exame e do ensino, visto que o exame era como algo acessório do ensino e esta idéia deveria ser preservada. Para ele, o que se observava na Alemanha era que os exames estavam submetidos ao ensino, e isto ele considerava correto. No Brasil e na França, o ensino estava submetido aos exames, evidenciando que a instrução estava sujeita ao domínio absoluto da “memória servilizada”, ou seja, o ensino de conhecimentos tinha como única finalidade de oportunizar uma preparação para a realização dos exames com êxito (Barbosa, 1947d, t. I, p. 287). Dessa forma, a transmissão de conhecimentos tinha um propósito e estava sempre submetida ao exame. Para Rui Barbosa, tanto o ensino, ofertado nos cursos superiores, quanto os exames que avaliavam a capacidade dos alunos necessitavam de reformas. Sobre os exames aplicados no país, o autor escreveu:

Um defeito ingênito no sistema dos exames fragmentários, praticados entre nós, está em que nêlo o discípulo *não aprende, senão para esquecer*, segundo a frase incisiva de Kant: *in futuram oblivionem*. Aquêles mesmos que, ao requerer de cada uma dessas provas, levam consigo algum cabedal menos falso de instrução, vão no gradualmente perdendo; de modo que ao prestar da última, nada, ou quase nada lhes resta da primeira matéria, em que obtiveram aprovação.

Varrida, pois, da memória do candidato essa leve camada superficial de noções, que não se puseram em comunicação com as forças vivas do espírito, o que lhes fica, é apenas a presunção na incapacidade. E eis a situação moral, em que os moços, na sua quase totalidade, encetam a vida científica nas academias (Barbosa, 1947d, t. I, p. 286, grifos do autor).

O “exame de madureza”, defendido por Rui Barbosa, acabou sendo introduzido no país, pela primeira reforma republicana. O Governo Federal, ao procurar estruturar os estudos secundários pelo decreto nº 981 de 8 de novembro de 1890, de acordo com as diretrizes propostas por Benjamim Constant, na época Ministro da Instrução pública, Correios e Telégrafos, introduziu o exame de madureza para a verificação da cultura intelectual dos alunos e de sua habilitação para os cursos superiores, abolindo dessa forma os exames parcelados de preparatórios. O exame de madureza foi o instrumento com que o

Governo Federal esperou trazer melhorias em todo o ensino secundário da época, mas a medida não se executou propriamente ao ser concedida prorrogação do prazo de obrigatoriedade do exame madureza, favorecendo a existência dos preparatórios, e com a vinda de outros decretos, sobretudo no período de 1891 a 1900 uma seqüência de decretos, regulamentos, portarias, instruções e avisos modificaram o plano de estudos e o regime de equiparação adotados por Benjamim Constant (Nagle, 1976).

Rui Barbosa, ainda em artigos intitulados *Ensino Secundário*, apresentou características do ensino na Prússia, destacando que o modelo de educação alemã deveria ser seguido no Brasil. Dentre muitos aspectos, apontou que o ensino alemão tinha como caráter fundamental a gradação obrigatória das disciplinas e a autoridade do professor. O aluno não chegava ao exame de prova de capacidade antes dos 18 anos, percorria todas as classes dos ginásios até esta idade, enquanto em outros países, como na França, alguns candidatos prestavam os exames com 16 anos, podendo se tornar estudantes de cursos superiores como o de Direito. Para Rui Barbosa, a educação alemã visava à aprendizagem do conhecimento no ensino, respeitava a gradação das disciplinas e o tempo do aluno em aprender, enquanto a França e o Brasil formavam alunos nos ginásios com vistas à preparação para o exame, ofertavam um ensino que não era de qualidade; isto deveria ser mudado.

No século XIX, difundiu-se o ideário da necessidade de ofertar escola para o povo. Rui Barbosa, influenciado pelas discussões da época, engendrou-se em um projeto de modernização do país, discutindo a criação de um sistema nacional de ensino, o qual organizaria a escola desde o jardim-de-infância até a universidade. Oferecia como referência exemplos de outros países, onde a escola pública estava sendo difundida e havia proporcionado benefícios (Machado, 2004). Em seus pareceres sobre a educação, *Reforma do Ensino Secundário e Superior* de 1882 (Barbosa, 1942) e *Reforma do Ensino Primário e Várias Instituições Complementares da Instrução Pública* de 1883 (Barbosa, 1947f), Rui Barbosa defendeu a necessidade de o Estado assumir total responsabilidade na oferta da educação, desde o ensino infantil até o superior, buscando garantir o acesso das camadas populares à instrução (Machado e Araújo, 2005).

Para Rui Barbosa, a formação da inteligência popular por intermédio da educação era fundamental na reconstituição do caráter nacional; o ensino das ciências nos estabelecimentos de ensino

era imprescindível para o desenvolvimento econômico do país (Machado, 2004). Em seus artigos de imprensa em 1889, ele destacou a educação científica como sendo eficaz para o desenvolvimento intelectual do indivíduo. Para ele, era preciso que o ensino tivesse caráter científico, e considerasse a gradação lógica das disciplinas na aprendizagem, gerando o desenvolvimento do aluno.

Conclusão

As discussões de Rui Barbosa acerca do ensino secundário, divulgadas por meio de artigos jornalísticos no *Diário de Notícias*, expressam sua defesa pela educação brasileira em época que o país vivenciava intensas mudanças no campo político, econômico, cultural e social. A segunda metade do século XIX, no Brasil, foi marcada por idéias progressistas; almejava-se o desenvolvimento da sociedade, sendo debatida a educação como fundamental para este fim e para “civilização” social. Para o autor, o progresso do Brasil jamais seria alcançado se não fossem modificadas as relações de produção e de trabalho civil e reformada a área educacional, em especial a instrução pública, em todo país. Assim, defendeu mudanças no ensino primário, secundário e superior com vista à formação do cidadão nacional para a vida em sociedade em contribuição ao desenvolvimento da nação.

As discussões de Rui Barbosa, neste texto apresentadas, nos permitem conhecer a importância por ele atribuída à educação. Em meio a uma sociedade em transformações, destacou debates sobre o ensino brasileiro enfatizando a necessidade de reformas, as quais, em sua opinião, deveriam ser realizadas pelos ministros do Império, representantes do Estado, o qual defendia ser o órgão que devia zelar pelo patrimônio público e cuidar de questões nacionais para o bem comum de toda população.

Consideramos os artigos de Rui Barbosa publicados no jornal *Diário de Notícias* importantes fontes para a história da educação brasileira (Machado e Mélo, 2007). Os artigos que apresentam suas discussões sobre o ensino secundário consistem em materiais valiosos que fornecem informações preciosas sobre questões que permearam o campo da educação secundária brasileira pública e privada, nos últimos meses em que vigorou no país o regime imperial. Sabe-se que, conhecimentos acerca da educação, neste momento histórico, um tanto conturbado, são importantes para a compreensão das discussões sobre reformas educacionais que se seguirão na República. Por outro lado, os artigos do

autor nos permitem conhecer suas idéias político-educacionais. Rui Barbosa foi um importante intelectual na sociedade brasileira destacando-se em se preocupar por questões públicas, fundamentais no país.

Referências

- ALMEIDA, J.R.P. *História da instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. Tradução de Antonio Chizzotti. São Paulo: Educ; Brasília: Inep/MEC, 1989.
- BARBOSA, R. *Reforma do ensino secundário e superior*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1942. (Obras completas, v. IX, t. I).
- BARBOSA, R. Introdução. In: BARBOSA, R. (Ed.). *Queda do Império: Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947a. (Obras completas, v. XVI, t. I).
- BARBOSA, R. Ensino secundário (31 de março de 1889). In: BARBOSA, R. (Ed.). *Queda do Império: Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947b. p. 235-242. (Obras completas, v. XVI, t. I).
- BARBOSA, R. Ensino secundário (1 de abril de 1889). In: BARBOSA, R. (Ed.). *Queda do Império: Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947c. p. 245-252. (Obras completas, v. XVI, t. I).
- BARBOSA, R. Ensino secundário (3 de abril de 1889). In: BARBOSA, R. (Ed.). *Queda do Império: Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947d. p. 283-290. (Obras completas, v. XVI, t. I).
- BARBOSA, R. Ensino secundário (9 de abril de 1889). In: BARBOSA, R. (Ed.). *Queda do Império: Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947e. p. 361-370. (Obras completas, v. XVI, t. I).
- BARBOSA, R. *Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947f. (Obras completas, v. X, t. I-IV).
- CARDIM, E. Rui Barbosa, o jornalista da República. In: LACERDA, V.C. (Org.). *Rui Barbosa: escritos e discursos seletos*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1995. p. 693-707.
- CUNHA, L.A. *A Universidade temporã*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- GONÇALVES, J.F. *Rui Barbosa: pondo idéias no lugar*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- Haidar, M.L.M. *O ensino secundário no Império brasileiro*. São Paulo: Grijalbo, 1972.
- LIMA, H. Prefácio. In: BARBOSA, R. (Ed.). *Queda do Império: Diário de Notícias*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947. p. 9-20. (Obras completas, v. XVI, t. I).
- MACHADO, M.C.G. *Rui Barbosa: pensamento e ação*. Campinas: Autores Associados; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002.
- MACHADO, M.C.G. Fontes e história das instituições escolares: o projeto educacional de Rui Barbosa no Brasil. In: LOMBARDI, J.C.; NASCIMENTO, M.I.M. (Ed.). *Fontes, história e historiografia da educação*. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 65-83.
- MACHADO, M.C.G.; ARAÚJO, J.C.S. Metamorfoses do pensamento liberal de Rui Barbosa: sua posição sobre Estado e educação. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, v. 5, n. 14, p. 113-124, 2005.
- MACHADO, M.C.G.; MÉLO, C.S. *Rui Barbosa: Estado e educação na imprensa em 1889*. 2007. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/rev25.html>>. Acesso em: 23 abr. 2007.
- MEIRELES, C. *Rui: pequena história de uma grande vida*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1949. (Edição Comemorativa do Centenário de Rui Barbosa).
- NAGLE, J. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fename, 1976.
- NISKIER, A. *Educação brasileira: 500 anos de história: 1500-2000*. Rio de Janeiro: Consultor, 1995.
- PILETTI, N.; PILETTI, C. *História da educação*. São Paulo: Ática, 1995.
- VENÂNCIO FILHO, A. Rui Barbosa. In: BRITTO, J.M.; FÁVERO, M.L.A. (Ed.). *Dicionário dos educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- ZOTTI, S.A. *O ensino secundário no Império Brasileiro: considerações sobre a função social e o currículo do colégio D. Pedro II*. Disponível em: <<http://www.histedbr.fae.unicamp.br/rev18.html>>. Acesso em: 24 nov. 2005.

Received on June 02, 2006.

Accepted on March 20, 2007.